

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/10/2015 a 31/10/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Entrega de títulos à comunidade quilombola encerra visita de Patrus ao Rio. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2015	3
Incra cria novo assentamento no Rio Grande do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/10/2015	3
Incra obtém imóvel para criação de assentamento em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2015.....	5
Incra cria assentamento com 4,3 mil hectares na região do Médio São Francisco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2015	6
Compra de terras por estrangeiros volta à pauta. Cristiano Zaia –Valor Econômico, Agronegócios. 16/10/2015	6
Território quilombola em Pernambuco receberá seu primeiro título definitivo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/10/2015	8
União e Incra propõem ação de nulidade de título imobiliário do imóvel Rio das Cobras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/10/2015.....	8
Incra/RS realiza inscrições de famílias candidatas a novo assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/10/2015	9
Incra e UFSCar firmam parceria para elaborar relatórios de identificação de duas comunidades quilombolas de São Paulo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/10/2015.....	10
Ameaça aos índios. Bernardo Mello Franco – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/10/2015.....	11
Feira mostra a força da reforma agrária. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/10/2015	12
Ato político defende reforma agrária e critica governo por morosidade. Iris Pacheco – Site do MST. 29/10/2015	13

Entrega de títulos à comunidade quilombola encerra visita de Patrus ao Rio. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2015

Cem famílias quilombolas e caiçaras da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, conquistaram a posse de suas terras, nesta quinta-feira (08). O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, assinou seis títulos coletivos de terras que dão mais segurança a cerca de 350 moradores locais. Ao todo, 53 hectares foram titulados, o que resulta, em média, em 4 mil m² para cada família.

Coordenado pela Marinha do Brasil, o processo de titulação iniciou-se em 2002 e foi finalizado nesta quinta-feira. “Esse momento é histórico e foi construído pela boa vontade e empenho de quem participou deste processo ao longo dos últimos 13 anos. Eu fico muito feliz com isso, com o encontro dos interesses do País presentes nesta belíssima Marambaia: a defesa nacional, com a presença da Marinha do Brasil, e a preservação ambiental, daqueles que estão comprometidos com ela”, afirmou Patrus.

“Estamos vendo a participação da sociedade, das forças armadas, do MDA, do Incra. Enfim, várias instituições construíram essa unidade que não nega as diferenças existentes no Brasil. Que o exemplo da Marambaia seja uma referência, para que o Brasil supere todos os conflitos”, observou o ministro.

Para o Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro, a Comunidade Quilombola Arquimar está em total sintonia com as atividades da Marinha na Ilha de Marambaia. “O título entregue permite a instalação das 100 famílias que moram na ilha, em perfeita integração com a Marinha do Brasil. Além disso, asseguro que a titulação não fere, em nenhuma ocasião, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha da Marambaia”, apontou.

Segundo Nilton Carlos Alves, presidente do Quilombo Arquimar, a titulação é a realização de um grande sonho. “A titulação é fundamental para o nosso desenvolvimento e, a partir dessa titulação, teremos grandes conquistas, como a construção da nossa sede e a valorização da nossa comunidade quilombola”, disse, emocionado.

Incra cria novo assentamento no Rio Grande do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/10/2015

Cerca de 700 pessoas participaram, nesta sexta-feira (09), do ato de entrega da Fazenda São Clemente, em Esmeralda, região nordeste do Rio Grande do Sul. A ação, comandada pelo Incra/RS, garante o assentamento de famílias de agricultores atingidas por obras de barragens no estado, assegurando acesso à terra e a políticas de reforma agrária. A área de 2.045 hectares foi adquirida em setembro passado pelo Incra/RS, por meio de contrato de compra e venda (Decreto 433/92 – área produtiva ofertada à autarquia), por R\$ 25,7 milhões. O ato marca a criação do assentamento Dom Orlando Dotti, com capacidade para até 143 famílias.

A secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Ramos Coelho, que representou o ministro Patrus Ananias na solenidade, disse que a qualidade de vida e a cidadania no campo são prioridades para o governo federal. “O objetivo é assentar famílias,

proporcionando condições básicas de produção e comercialização. Incentivando o cultivo de alimentos saudáveis e a agroecologia, fortalecendo a agricultura familiar e a reforma agrária”, realçou.

Já o presidente substituto do Incra, Leonardo Góes, destacou aos presentes a importância da conquista do imóvel, observando o esforço do Instituto na aquisição de novas terras. Ele ressaltou a importância do serviço de assistência técnica, que no caso do novo assentamento, será disponibilizado imediatamente, por um aditivo no contrato atual da instituição no estado. O dirigente também afirmou, ao prefeito de Esmeralda, que a autarquia está mobilizada para dar início à implantação da infraestrutura no novo assentamento, obras que serão realizadas em parceria com o poder público municipal.

A portaria de criação do assentamento Dom Orlando Dotti foi assinada pelo superintendente regional do Incra, Roberto Ramos. O nome é uma homenagem ao bispo emérito da Diocese de Vacaria, pela dedicação à luta das famílias atingidas por barragens que reivindicavam o acesso a terra, em compensação pelo impacto causado pelas obras hidrelétricas na região.

“Temos diferentes credos religiosos, divergimos na idade, mas todos nós concordamos com a importância da dignidade das pessoas. Este ato resgata a dignidade e a cidadania dos agricultores”, afirmou o bispo.

Devido às fortes chuvas, a cerimônia ocorreu no ginásio do reassentamento São Francisco de Assis, a 6 km do imóvel. As atividades tiveram início com uma carreata, partindo do centro da cidade.

Também participaram da solenidade: o prefeito de Esmeralda, Ailton de Sá Rosa e representantes de movimentos sociais.

Famílias

O município de Esmeralda está localizado em uma região que concentra a construção de hidrelétricas, como as de Machadinho e Barra Grande (em Pinhal da Serra). A localidade possui outros três reassentamentos, reconhecidos pelo Incra, que juntos abrigam 86 famílias.

Inseridos neste contexto, os lotes da fazenda São Clemente serão destinados a famílias acampadas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os agricultores serão selecionados conforme edital público a ser lançado pelo Incra ainda este mês.

Para o jovem Andrey Fonseca, 21 anos, pode ser a oportunidade de realizar o sonho vivido desde criança. Ele pretende candidatar-se a uma parcela no novo assentamento, a fim de buscar a realização pessoal de trabalhar no campo e dele sobreviver. “A alegria de ter uma terra para dizer que é tua, é imensurável”, afirmou o rapaz, que aos oito anos viu os pais serem desapropriados da pequena propriedade que tinham às margens da barragem de Barra Grande.

Já o casal Conceição e José Vandemir de Abreu esperam recomeçar a vida aos 50 anos. Por volta de 1995, o pai de Conceição foi atingido pela construção da barragem de Machadinho e a família passou a arrendar lavouras na região para sobreviver.

“Trabalhar no terreno dos outros e pagar uma porcentagem aos donos é muito difícil. A gente paga para trabalhar. Se tivermos problemas com o clima, a gente perde tudo e ainda tem de pagar”, relatou Conceição. Segundo ela, o novo assentamento representa uma oportunidade de independência, já que a família tem conhecimento sobre o solo, o clima e a agricultura da região.

Apesar de ainda aguardarem o edital do Incra, as famílias já planejam linhas de produção, caso sejam contempladas. Uma delas é o cultivo de erva-mate, que fornece o chá para a bebida mais típica do RS - o chimarrão.

O assentamento Dom Orlando Dotti também abrigará famílias do MST. Rosa Maria da Silva, acampada há sete anos, busca um “lugar para cultivar seu próprio alimento, sem o uso de venenos”. Com a possibilidade de um lote, a expectativa dela é investir no cultivo de hortas orgânicas para alimentação da família e oferta de produtos saudáveis ao mercado local.

Mulheres

Durante a cerimônia de criação do assentamento em Esmeralda, a agricultora Francieli Oliveira Nunes, do assentamento Três Pinheiros, em Sananduva, assinou o contrato de concessão do Crédito Instalação – Modalidade Fomento Mulher. Ela representou as 693 agricultoras gaúchas que já acessaram esses recursos.

O crédito, no valor de R\$ 3 mil cada, viabiliza projetos produtivos e a inserção econômica e social das mulheres. Em 2015, a superintendência do Incra no Rio Grande do Sul já liberou R\$ 2 milhões para essa modalidade. O número representa a aplicação de quase 30% do total de créditos pagos ao público feminino, em todo o país.

Com informações Incra/RS

Incra obtém imóvel para criação de assentamento em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2015

O Incra conquistou, nesta quinta-feira (15), mais um imóvel para a criação de um novo projeto de assentamento no estado de Sergipe. Desta vez foi a Fazenda São Miguel, localizada no município de Pirambu (SE), que teve sua posse repassada à autarquia federal e será utilizada para o assentamento de 15 famílias de agricultores sem terra.

Vistoriado pelos técnicos da Superintendência Regional do Incra/SE em 2006, o imóvel, palco de conflitos agrários, foi classificado como improdutivo, tornando-se objeto de um Decreto Presidencial que o definiu como área de interesse social para fins de reforma agrária.

A Fazenda São Miguel, com extensão de 415,9 hectares, é o quinto imóvel obtido pelo Incra e destinado à criação de um projeto de assentamento somente este ano.

Reserva Biológica Santa Isabel

Inserido na área da Reserva Biológica (Rebio) Santa Isabel, o futuro assentamento a ser implantado no perímetro da Fazenda São Miguel receberá, desde a sua criação, a assistência técnica das equipes do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental

(ATES) do Incra. “Nossa proposta para a criação desse assentamento vincula os aspectos sociais e ecológicos. Estabelecemos um bom diálogo com o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] e vamos iniciar o projeto buscando a sustentabilidade em todos os aspectos”, afirmou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe.

No local, as famílias assentadas poderão desenvolver atividades produtivas como a extração da mangaba - fruto nativo da região -, além do cultivo de culturas tradicionais, como o amendoim e a macaxeira/mandioca.

Incra cria assentamento com 4,3 mil hectares na região do Médio São Francisco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2015

A Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco, com sede em Petrolina (PE), criou um Projeto de Assentamento que vai beneficiar 32 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Trata-se da Gleba Noroeste com 4.373 hectares, da Fazenda Cacimba da Torre, área localizada no município de Juazeiro, no estado da Bahia. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (15).

A partir de agora, serão iniciados os trabalhos de homologação dessas famílias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), a atualização cadastral dos imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural, a formalização de parcerias com as prefeituras municipais para inclusão das famílias no CadÚnico para terem acesso as políticas municipais, estaduais e federais. As famílias receberão ainda o Crédito Apoio Inicial, fornecido pelo Incra, serão incluídas no Programa Minha Casa Minha Vida, além de outros benefícios.

Cada família beneficiada neste projeto terá direito a uma área de cerca de 100 hectares, na qual, poderão desenvolver atividades econômicas de produção de alimento, como: feijão, melancia, milho, macaxeira e criação de animais de pequeno porte – a exemplo de ovinos, caprinos e aves.

Cacimba da Torre

A fazenda Cacimba da Torre tem 22.800 hectares, sendo aproximadamente 70% de sua área no município de Curaça (BA) e a outra parte em Juazeiro. Devido a sua extensão, a fazenda foi dividida em seis Glebas, que começaram a ser desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária em 2010. As seis Glebas tem capacidade para assentar 168 famílias de trabalhadores rurais, que dispõem do Rio Curaça e diversos riachos temporários no imóvel.

Compra de terras por estrangeiros volta à pauta. Cristiano Zaia –Valor Econômico, Agronegócios. 16/10/2015

Após o Congresso ter rejeitado, em agosto, uma emenda que permitia que empresas estrangeiras com atuação no Brasil pudessem adquirir terras no país com menos restrições legais do que as atuais, a bancada ruralista passou a apostar em um projeto de lei mais amplo, mas que já sofre grande resistência do governo e do PT. Mas os ruralistas contam na empreitada com o apoio da ministra da Agricultura, Kátia Abreu,

que é favorável a algumas flexibilizações para tentar angariar apoio do Planalto à proposta.

A ideia defendida pela ministra nos bastidores é impor limites a esse mercado. Essas empresas, principalmente multinacionais, poderiam ter, por exemplo, autorização para comprar no máximo entre 100 mil e 200 mil hectares. Os limites ainda estão em discussão, mas o ministério pretende apresentar uma proposta de texto alternativo nesse sentido na quarta-feira em reunião com o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

A proposta de lei tramita desde 2012 na Câmara. Mas deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) resolveram torná-la prioridade e agora conseguiram aprovar regime de urgência para o assunto. Na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados há mais de duas semanas, na prática o projeto garante a toda empresa brasileira com maioria de capital estrangeiro (multinacionais com atuação no país) a possibilidade de adquirir, arrendar ou cadastrar propriedades em solo brasileiro.

Caso seja aprovada a medida, esse direito aos estrangeiros só não valeria para estatais ou companhias cujo controle acionário pertença a fundos soberanos de países estrangeiros e organizações não governamentais internacionais. O projeto também estabelece restrições e controle a pessoas naturais de outros países ou empresas estrangeiras com sede no exterior - limita, por exemplo, a posse de terras por estrangeiros a um quarto da área total do município onde a propriedade está localizada.

Para convencer as alas contrárias do governo, foi montado um grupo de trabalho no Ministério da Agricultura com autoridades do Executivo e entidades de classe como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Esta última representa o segmento de produtos florestais, um dos mais interessados em atrair investimentos internacionais.

Apesar de estarem dispostos a conversar, até agora a Advocacia Geral da União (AGU), a Casa Civil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Justiça se opõem a essas sugestões. Argumentam, principalmente, que a aquisição de terras por empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro fere a soberania nacional, incentiva a exploração indevida da Amazônia, encarece o preço da terra no país e ainda pode prejudicar as compras de propriedades pelo Estado brasileiro destinadas à reforma agrária.

A estratégia da bancada ruralista para driblar essas resistências é abrir mão de alguns pontos mais polêmicos e evitar possíveis vetos da presidente Dilma Rousseff caso a proposta passe pelo Congresso sem as bênçãos do Executivo. "Aceitamos colocar no texto limites de tamanho para compra de terras, mas queremos que as empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro sejam reconhecidas como nacionais e, portanto, tenham segurança jurídica para trazer investimentos ao país", afirmou ao Valor o deputado Marcos Montes (PSD-MG), presidente da FPA.

O tema volta à tona cinco anos depois de a AGU editar parecer reforçando as restrições às compras de terras por estrangeiros no país.

Território quilombola em Pernambuco receberá seu primeiro título definitivo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/10/2015

A Comunidade Remanescente de Quilombos de Castainho receberá o seu primeiro título definitivo referente à área de 38,2367 de hectares. O ato de entrega acontece nesta terça-feira (20), às 14h na comunidade, localizada a seis quilômetros do centro da cidade de Garanhuns no agreste pernambucano. A comunidade de Castainho tem 206 famílias. A maior parte das terras é destinada ao cultivo feijão, milho e mandioca.

O ato de entrega do título definitivo para o território de Castainho é emblemático. Acredita-se que a história da comunidade esteja relacionada a do quilombo de Palmares, símbolo da resistência e organização dos escravos fugidos na época do império. A região de Garanhuns integra a vasta extensão que era ocupada pelos Mocambos que compunham os Palmares. O ato de entrega acontece exatamente 1 mês antes do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de Novembro), data da morte do líder do quilombo, Zumbi dos Palmares (1655-1695).

Participarão da entrega do primeiro título membros de comunidades quilombolas do município e região, além da Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Também foram convidados para participar do evento o Ministério Público Federal, o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco e a Secretaria Executiva de Segmentos Sociais, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na qual funciona a Coordenadoria de Igualdade Racial. O Incra será representado pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas e pela Superintendência Regional em Pernambuco.

União e Incra propõem ação de nulidade de título imobiliário do imóvel Rio das Cobras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/10/2015

A União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) propuseram na última terça-feira (13), Ação Civil Pública na Justiça Federal no Paraná, com pedido de antecipação de tutela, para incorporação de 10 mil hectares do título imobiliário Rio das Cobras, localizado no município de Quedas do Iguaçu, região Sudoeste do Paraná. Pela Ação, a União e o Incra buscam a declaração da nulidade e/ou da ineficácia do título.

De acordo com o superintendente do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes, a União tem o dever de defender o patrimônio imobiliário e a autarquia tem legitimidade na Ação pois é órgão responsável pela execução da reforma agrária.

A Ação tem como ré a empresa Araupel S/A, com sede em Porto Alegre/RS, que reivindica o título do domínio do imóvel a que se refere o pedido. A fundamentação jurídica formulada pela Procuradoria da União no Estado do Paraná e proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) é baseada nas concessões realizadas no tempo do Império e na caducidade das mesmas, com fins à reversão das áreas tituladas ao patrimônio da União. “A nossa principal argumentação na Ação é que as obrigações da concessionária Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, referentes à linha férrea à qual o imóvel estava vinculado, não foram cumpridas, e ocorreu a caducidade

em 1923. Portanto, a empresa Araupel ocupou indevidamente uma área que é de domínio da União”, analisa Guedes.

Esta Ação é complementar à outra, já julgada em primeira instância, pela 1ª Vara Federal de Cascavel, em favor do Incra. Além da nulidade do título em questão, a AGU arguiu no pedido, que “a empresa que deteve a posse irregular da área em questão deverá indenizar a União em 10% do valor atualizado do domínio pleno dos imóveis por ano e por fração de ano em que a União ficou privada da disponibilidade do bem, até que haja a efetiva desocupação do imóvel pela ré, com a imissão de posse à União, conforme estabelecido na Lei nº 9.636/98”.

Acampamento

A União e o Incra têm urgência na imissão de posse do imóvel, uma vez que está ocupado por mais de três mil pessoas, no acampamento Dom Tomás Balduino. O entendimento do Incra é de que a desocupação forçada das famílias sobre a área em favor da Araupel, como pedido em juízo pela empresa, pode agravar o quadro de tensão social. Para devolver tranquilidade à região, a autarquia pediu em juízo a antecipação da tutela, que é o ato do juiz de adiantar ao postulante, os efeitos de julgamento de mérito, total ou parcialmente, em primeira instância ou em recurso.

Incra/RS realiza inscrições de famílias candidatas a novo assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/10/2015

As inscrições de candidatos a lotes no assentamento criado no início do mês no município de Esmeralda (RS) iniciam-se nesta terça-feira (20). A recepção de documentos e as entrevistas com as famílias serão realizadas na sede do assentamento Dom Orlando Dotti até a próxima sexta-feira (23).

O trabalho será executado por cinco servidores das Divisões de Obtenção e de Desenvolvimento da Superintendência Regional do Incra no Rio Grande no Sul. Eles incluirão os dados dos entrevistados no Sistema de Inscrição de Edital de Lotes (SIEL – desenvolvido pela regional), para posterior avaliação dos critérios exigidos.

Os candidatos serão selecionados conforme o Edital nº 04/2015, estando habilitados a concorrerem aqueles que possuem cadastro atualizado junto ao Instituto e que estejam em acampamentos próximos ao referido assentamento.

Além de apresentar a documentação estabelecida pelo Edital, os interessados devem comprovar experiência em atividades agrícolas e afins.

Eles poderão optar por áreas para produção individual (37 lotes) ou coletiva (90 lotes), definidas de acordo com a tipologia dos solos e o tipo de exploração mais recomendado, apontados pelo Estudo de Capacidade de Geração de Renda, que foi elaborado previamente por servidores do Incra/RS.

Inicialmente, foram disponibilizadas 127 parcelas no novo assentamento. O agricultor João de Oliveira, acampado há sete anos, pretende participar do processo seletivo na expectativa de conquistar um “pedaço de terra” para toda a família. “Fui para o

acampamento por questão financeira, porque eu nunca tive condições de comprar uma terra. Sempre trabalhei como diarista nas lavouras dos outros”, conta ele aos 59 anos. Casado e pai de três filhos, Oliveira diz que, se contemplado com um lote, irá se dedicar ao cultivo de alimentos orgânicos para autoconsumo e comercialização do excedente.

A previsão é que o resultado da seleção seja divulgado até 10 dias após o término das inscrições, com prazo para recurso.

Incra e UFSCar firmam parceria para elaborar relatórios de identificação de duas comunidades quilombolas de São Paulo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/10/2015

Um passo importante para a regularização de dois territórios quilombolas paulistas - Quilombo de Porcinos, no município de Agudos, e Quilombo do Carmo, em São Roque - foi concretizado por meio de uma parceria entre o Incra em São Paulo e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). As instituições vão trabalhar em conjunto para elaborar os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) das duas comunidades. De acordo com o Termo de Execução Descentralizada, publicado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (19), serão destinados R\$ 144.190,00 mil para a execução das atividades necessárias à confecção dos documentos.

O prazo de realização dos trabalhos é de 18 meses, contados da data da publicação no Diário Oficial, mas poderá ser prorrogado ou alterado mediante termo aditivo, se houver a devida justificativa.

A parceria entre o Incra com a UFSCar na elaboração dos RTIDs trará mais agilidade para cumprir as exigências necessárias ao processo de titulação de terras de comunidades quilombolas, sob responsabilidade da autarquia. A elaboração destes relatórios é considerada uma das fases mais complexas da titulação, constituindo-se num conjunto de peças técnicas e antropológicas que documentam a história da comunidade, sua formação e ocupação do território.

O RTID inclui relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações de todo o seu entorno, cadastramento das famílias das comunidades, dentre outros dados.

Com a aprovação definitiva dos RTIDs, após o julgamento de eventuais contestações, o Incra poderá publicar uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte é a regularização fundiária, com desintrusão (retirada) de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território.

A ação de desapropriação é encaminhada pela Advocacia-Geral da União (AGU) à Justiça Federal, a quem cabe a decisão sobre a posse da área ao Incra. Se houver uma decisão favorável, o Incra recebe a área com o Auto de Imissão de Posse. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

Histórico

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Espírito Santo da Fortaleza de Porcinos, localizada no município paulista de Agudos, teria origem a partir de uma escritura de doação (de 08 de abril de 1893) devidamente registrada em nome de diversos lavradores. Eles adquiriram uma parte de terras que constitui metade da fazenda denominada Areia Branca, no distrito de Fortaleza, Comarca de Bauru, pelo preço de 1.200\$000. O processo de expropriação foi ocorrendo conforme o interior de São Paulo ia sendo ocupado no final do século XIX e início do século XX. Às vésperas do Natal de 2011, a comunidade foi despejada da última gleba remanescente por decisão judicial.

No caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Nossa Senhora do Carmo, situado em São Roque, o processo de expropriação de terras iniciou-se mais tardiamente, no século XX. A comunidade vive em uma área aproximada de 16 hectares localizada em torno da igreja que tem importância primordial na manutenção das suas relações sociais. Seus antepassados eram escravos da igreja e ocupavam a fazenda Sorocamirim, da ordem dos carmelitas.

Ameaça aos índios. Bernardo Mello Franco – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/10/2015

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) é um símbolo da direita brucutu no Congresso. Em 2013, ele definiu "quilombolas, índios, gays, lésbicas" como "tudo o que não presta". O discurso contra minorias fez sucesso na internet. Em 2014, o ruralista foi reeleito com a maior votação do Rio Grande do Sul.

No início deste ano, Heinze apareceu em duas listas. A primeira foi batizada de "lista do Janot". Enumera parlamentares suspeitos de receber propina do petrolão. A segunda lista é a dos ruralistas que dominam a comissão que discute a chamada PEC 215. A proposta muda as regras para a demarcação de terras indígenas.

Se for aprovada, a tarefa de reconhecer os territórios passará do Executivo para o Legislativo. Na prática, isso significa que o país nunca mais demarcará uma terra indígena. Segundo o IBGE, o Brasil tem 817 mil índios, e nenhum deles é parlamentar. Os ruralistas controlam 191 cadeiras na Câmara e 11 no Senado.

Os fazendeiros alegam que os índios têm mais terra do que precisam. Como as reservas representam 13,6% do território nacional, a criação de novas reservas seria um entrave à expansão do agronegócio.

O argumento é falso, entre outras razões, porque 98,4% das áreas demarcadas estão na Amazônia Legal. Hoje os conflitos mais violentos ocorrem no resto do país, que tem apenas 1,6% das terras indígenas. Entre os povos ameaçados estão os guarani-kaiowá, de Mato Grosso do Sul.

A turma de Heinze é maioria na comissão especial, onde a emenda ruralista deve ser aprovada com larga vantagem nos próximos dias. Depois, o texto irá ao plenário da Câmara.

O Supremo pode entrar na questão se entender que a proposta mexe com direitos fundamentais dos índios. Em decisão recente, o ministro Luís Roberto Barroso lembrou que esses direitos estão na Constituição "justamente para que maiorias de ocasião não tenham poder de disposição sobre eles".

Feira mostra a força da reforma agrária. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/10/2015

Em quatro dias, a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, que terminou neste domingo (25) em São Paulo (SP), comercializou 220 toneladas de alimentos. Cerca de 150 mil pessoas passaram pelo evento, que mostrou a riqueza da produção orgânica e da agroecologia nos assentamentos de todo o país. Participaram 80 cooperativas e associações.

Na sexta-feira (23), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, participou, durante a feira, do Ato Público em Defesa dos Alimentos Saudáveis, e propôs uma reflexão sobre a relação da humanidade com a terra. “A terra não pode ser meramente um bem de mercado. É da terra que brota a água, é da terra que vem a nossa alimentação. É na terra que camponesas e camponesas depositam as esperanças de um futuro melhor para seus filhos. A terra é um bem público, diz respeito a todos nós”, afirmou.

O ministro também destacou o papel da agroecologia para a preservação do meio ambiente. “Precisamos conciliar uma agricultura que produza muito, em qualidade e quantidade para promover a saúde das pessoas, com a preservação da biodiversidade, das bacias hidrográficas, dos ecossistemas”.

João Pedro Stédile, da diretoria nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), falou sobre o compromisso da reforma agrária com a produção de alimentos saudáveis para o país. “A reforma agrária começa com a distribuição de terra, mas agora ela vai mais longe.”

Um milhão de toneladas de agrotóxico por ano são despejadas nas lavouras brasileiras, segundo alertou Luís Carlos Meireles, da Campanha contra o uso de Agrotóxicos e pela Vida.

Comida sem veneno

“Mulher bonita não paga, mas também não leva”. O clima era realmente de feira. Corredores lotados e produtores disputando clientes. “Olha, freguesa. Olha, freguês!”. Mas a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária teve um diferencial que agradou os consumidores mais exigentes: alimentos variados, produzidos sem nenhum tipo de agrotóxico. “Quero comprar de tudo. Estou levando abacaxi, pimenta e abóbora para cozinhar e comer com açúcar. Minha mãe adora”, contou Ercília Cardoso, 60 anos. “Como não tem veneno, quando chegar em casa nem lavo, só descasco. É uma maravilha!”, comemorou a aposentada que visitou o espaço na sexta (23).

Produtor no Assentamento Nilton Santos (antiga Fazenda Varese), em Atalaia (AL), José Cícero Santino, 52, viajou mais de dois mil quilômetros de caminhão para vender inhame, banana e abacaxi (doce que nem mel) em São Paulo. “Estreitar essa relação

com os consumidores é muito bacana. Antes a nossa luta era por terra, agora queremos trabalhar para continuar nela e produzir alimentos saudáveis”, afirmou.

Ato político defende reforma agrária e critica governo por morosidade. Iris Pacheco – Site do MST. 29/10/2015

Sem Terra dizem que só desmontarão acampamento no DF quando tiverem resultados concretos

Na tarde desta quarta-feira (29), parlamentares, movimentos sociais e sindicais participaram do ato político no Acampamento Nacional de Luta Pela Reforma Agrária e Pela Democracia, no Distrito federal, e criticaram a postura do governo federal diante da luta do povo por um novo modelo de desenvolvimento para o campo.

Para a deputada federal Érica Kokay (PT-DF), o país passa por um momento em que a ofensiva conservadora no Congresso tem afetado diretamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, seja no campo ou na cidade.

"Enfrentamos um Congresso que não representa o povo brasileiro e sim o latifúndio. Um fundamentalismo patrimonialista que quer rasgar os direitos da classe trabalhadora conquistados a duras penas. Enquanto eles arrancam o Brasil do seu povo, nós defendemos a Reforma Agrária como um novo modelo de desenvolvimento para o país", afirmou a deputada.

Francisco Antônio Pereira, da coordenação do MST, lembrou que as promessas do governo já não convencem, e que sua morosidade com a pauta da Reforma Agrária junto com o corte orçamentário inviabilizou ainda mais esse processo.

"Até agora o governo não cumpriu sua promessa de assentar as 120 mil famílias acampadas no país. Queremos que seja feita a recomposição orçamentária para a Reforma Agrária. Por isso afirmamos que só sairemos de Brasília quando tivermos um resultado concreto."

Pereira se referiu aos cortes anunciados pela equipe econômica do governo federal em maio, que contingenciou quase R\$ 70 bilhões no orçamento da união para 2015. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) teve seu montante reduzido em 49,4%, o que significa que pouca ou nenhuma verba será destinada a novos projetos de interesse da Reforma Agrária.

O deputado federal Marcon (PT-RS) ressaltou que “se não fizer luta não sai assentamento, porque o governo está contaminado pela direita que não quer sem terra ganhando terra... daqueles que acham que resolver a crise do Brasil é tirar direitos do trabalhador”, disse.

Também estiveram presentes no ato o deputado federal Padre João (PT-MG), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha de Mulheres Negras, além de representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (SindiSeP).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa